

A AGRICULTURA FAMILIAR E A CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: CONQUISTAS

DENISE MEDIANEIRA MARIOTTI FERNANDES¹
ERICA KARNOPP²

Resumo

No contexto da agricultura familiar, contrapondo-se ao modelo de produção agrícola convencional, o modelo de produção orgânica vem conquistando novos adeptos. A agricultura orgânica propõe produzir alimentos saudáveis, com fundamentos na sustentabilidade, minimizando os impactos causados nos ecossistemas e garantindo um solo fértil e uma água de qualidade. Essa proposta aliada ao aumento da demanda por alimentos orgânicos tem motivado muitos agricultores familiares a expandirem a área de plantio e/ou convergirem do modelo convencional de produção para modelo orgânico. Nesse contexto, avulta em importância entender o funcionamento de cada elo e da cadeia produtiva como um todo. Para tanto, este estudo propõe analisar a cadeia produtiva de alimentos orgânicos produzidos por agricultores familiares do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul (COREDE Central – RS). Essa análise pode viabilizar o uso adequado dos recursos (naturais, humanos, financeiros, etc.) para o aperfeiçoamento da cadeia produtiva e, por conseguinte, conscientizar os agentes envolvidos, quanto à importância de produzir alimentos saudáveis para a saúde da população, atender

a uma filosofia de vida com foco na sustentabilidade do planeta, ampliar a renda dos agricultores familiares e, principalmente, proporcionar desenvolvimento rural sustentável, com melhoria nos aspectos culturais, sociais e econômicos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Alimentos orgânicos. Cadeia produtiva.

Abstract

In the context of family farming, in opposition to the conventional agricultural production model, the model of organic production is gaining new adherents. Organic agriculture proposes to produce healthy foods, with foundations in sustainability, minimizing the impacts on ecosystems and ensuring a fertile soil and water quality. This proposal allied to the increased demand for organic foods has motivated many family agriculturists to expand the area planted and/or to converge from conventional pro-

duction model for organic model. In this context, looms large in importance understand the functioning of each link and the supply chain as a whole. Therefore, this study proposes to analyze the supply chain of organic foods produced by family agriculturists of the *Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul (COREDE Central – RS)*. This analysis can facilitate the appropriate use of resources (natural, human, financial, etc.) for the improvement the supply chain and, consequently, raise awareness the stakeholders, about the importance of producing healthy foods for the population's health, meet a philosophy of life with a focus on sustainability of the planet, expand the income of family agriculturists and mainly provide sustainable rural development, with a improvement the cultural, social and economic aspects.

Keywords: Family agriculture. Organic foods. Supply chain.

¹ Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Aluna do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professora do Curso de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: denise.fernandes@uffs.edu.br

² Doutora em Geografia pela Universität Tübingen – Alemanha. Professora do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado – da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). E-mail: erica@unisc.br



1 Introdução

A produção, em especial a de alimentos, tem passado por constantes transformações, principalmente, a partir de 1950, na chamada Revolução Verde, quando se intensificou o uso dos recursos naturais, caracterizando um processo de exploração utilizado pela agricultura convencional.

Com esse processo produtivo, baseado na máxima eficiência, por meio da sofisticação de técnicas e da racionalização das tarefas de produção, atingiram-se altos níveis de produção de alimentos. No entanto, causou um efeito devastador ao meio ambiente e provocou graves consequências, tais como: a contaminação do solo e dos alimentos produzidos, em virtude do emprego de diversos produtos químicos para fertilização das plantas e redução ou eliminação das pragas.

A agricultura convencional, em seu contexto de produção em larga escala e seus métodos de uso intensivo do capital e do alto volume no uso de produtos químicos e, principalmente, por causa de seus efeitos danosos e visíveis causados ao meio ambiente e à população, passou a ser constantemente questionada.

Contraopondo-se a esse modelo de produção, surgiram movimentos ligados à ecologia, os quais vêm tentando alertar o mundo para os graves problemas do uso intensivo de produtos químicos nos solos, nas águas, nos alimentos em geral, condenando a chamada agricultura convencional.

Nesse contexto, a agricultura orgânica propõe produzir alimentos saudáveis, com fundamentos na sustentabilidade, minimizando os impactos causados nos ecossistemas e garantindo um solo fértil e uma água de qualidade.

Importante considerar que essa proposta de produzir sem danificar o meio ambiente tem angariado adeptos. Verifica-se um constante

crescimento da agricultura orgânica no Brasil, o que reforça a importância de estudos nessa área.

Dados de 2009, apresentados pela *Research Institute of Organic Agriculture* (FiBL) e da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), mostram que o Brasil possuía uma área de 1,77 milhões de hectares de produção orgânica.

Durante a 9ª edição do Fórum Internacional de Agricultura Orgânica e Sustentável, realizada em junho de 2013, em São Paulo, a IFOAM divulgou a informação de a produção de orgânicos cresceu mais de 300% entre os anos de 1999 e 2012 e que a área produtiva totaliza 3,7 milhões de hectares.

Nesse cenário, cabe destacar que o Brasil mais que dobrou a área de produção de orgânicos em pouco mais de quatro anos e mantém um ritmo de crescimento na produção e venda de alimentos orgânicos.

Especificamente, quanto à venda de orgânicos, dados do Projeto Organics Brasil – resultado de uma parceria entre Agência Brasileira de Promoção e Investimentos (Apex-Brasil), o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), desenvolvido pelo IPD e Organics Brasil, organização não governamental – apontam que houve um aumento de aproximadamente 40%, de 2009 para 2010.

Depreende-se dessas constatações que a ampliação do mercado consumidor tem motivado os agricultores a expandirem a área de plantio de alimentos orgânicos e/ou convergirem do modelo conven-

cional de produção para modelo orgânico.

Essa interpretação é validada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que divulgou os seguintes dados, atualizados em janeiro de 2014: “No fechamento de 2012, o Brasil contava com cerca de 5,5 mil produtores agrícolas que trabalhavam segundo as diretrizes dos sistemas orgânicos de produção. O ano de 2013 fechou com 6.719 produtores e 10.064 unidades de produção orgânica em todo o Brasil.”

Nesse contexto de produção de alimentos orgânicos, destacam-se os agricultores familiares, responsáveis por 70% da produção orgânica do país, conforme o Censo Agropecuario 2006, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Compreender o panorama onde se inserem esses agricultores, considerando a realidade imposta pela agricultura convencional e a filosofia proposta pela agricultura orgânica, motivou a realização deste estudo que tem por objetivo analisar a cadeia produtiva de alimentos orgânicos produzidos por agricultores familiares do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul³ (COREDE Central – RS).

Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa que, por meio da identificação das lacunas existentes entre os conceitos e a realidade da agricultura alternativa, possibilite a sugestão de medidas que venham aperfeiçoar o uso dos recursos da cadeia produtiva – foco principal deste

³ O Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul (COREDE Central – RS) é um dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento do estado. Possui uma população total de 400.150 habitantes distribuída em uma área de 12.419,8 km². Compõem o COREDE Central – RS 19 municípios. São eles: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria (cidade polo da região), São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã. Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2010).

trabalho – bem como a sensibilizar os indivíduos, quanto à conscientização sobre os benefícios e as qualidades dos alimentos orgânicos para a saúde da população.

Para atingir ao propósito do estudo, este artigo está estruturado da seguinte forma: introdução onde se apresenta uma breve abordagem sobre a agricultura convencional e o desenvolvimento da agricultura orgânica nos últimos anos, no Brasil; a seguir desenvolvem-se aspectos que se contrapõem na comparação da agricultura convencional com a agricultura orgânica, conceitos, características e análise da cadeia produtiva de alimentos orgânicos; e nas considerações finais, apresentam-se ideias, constatações e possibilidades a respeito da temática estudada.

2 Produção convencional x produção orgânica

Com o pretexto de combater a fome no mundo, a produção convencional, com ênfase na monocultura, utiliza técnicas de produção industrial e, para obtenção de maior produtividade nas lavouras, fertilizantes sintéticos no solo e pesticidas e herbicidas artificiais nas plantações.

O uso indiscriminado desses produtos químicos tem sido alvo de constantes críticas por parte de diversos organismos nacionais e internacionais, dentre outros, a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) porque, segundo essas instituições, os agrotóxicos podem causar sérios danos ao meio ambiente e à saúde humana.

Sobre um dos graves problemas gerados pela agricultura moderna, a adubação química, Bonilla (1992, p. 71) explica: “O modelo de ‘maximização lucrativa’ implica o uso maciço de fertilizantes químicos de ação rápida, ou seja, basicamente produtos solúveis, [...]”. O resultado dessa combinação é um aumento de produtividade que representa altas

“

Por outro lado, a produção orgânica está fundamentada na concepção holística, priorizando o manejo adequado do solo com a utilização de fertilizantes naturais, a fim de que as plantações cresçam saudáveis.

”

vantagens econômicas ao comercializar o produto, ao mesmo tempo em causa danos à saúde do consumidor e prejuízos aos cofres públicos que necessita gastar cada vez mais recursos para socorrer à saúde pública.

Por outro lado, a produção orgânica está fundamentada na concepção holística, priorizando o manejo adequado do solo com a utilização de fertilizantes naturais, a fim de que as plantações cresçam saudáveis.

Destaca-se que a agricultura orgânica, segundo Stringheta e Muniz (2003, p. 12-13), possui os seguintes requisitos básicos:

- matéria orgânica responsável pela melhoria da fertilidade e vida do solo;
- substâncias húmicas são indispensáveis na nutrição vegetal (estimulam o crescimento das raízes, aumentando sua capacidade de absorção de nutrientes, hormônios de crescimento, antibióticos, vitaminas, aminoácidos e de outros componentes minerais e orgânicos, liberados no solo pela atividade microbiana);

- o solo é considerado um organismo vivo, onde ocorre uma série de processos biológicos e dinâmicos essenciais à saúde das plantas;
- associação entre produção vegetal e produção animal;
- compostagem em pilhas (processo Indore); e
- integração produtor e consumidor final.

Acrescenta-se que, nesse tipo de produção, a semente utilizada é a crioula, não se usam agrotóxicos, não se usa semente transgênica, não se usa adubo químico, nada de hormônio, no máximo, utiliza-se pesticida botânico ou natural constituído de plantas.

Diante dessa oposição de modos de cultivar a terra, Karnopp (2005, p. 242) exalta o desenvolvimento da agricultura orgânica e as vantagens desse tipo de cultivo em relação ao convencional:

O cultivo orgânico se utiliza dos elementos naturais disponíveis nas propriedades e os combina com novas percepções. Assim concebe-se uma nova forma orientada e moderna de fazer agricultura em sintonia com a natureza. É notável que o cultivo orgânico tenha aumentado tão consideravelmente nos últimos anos. Este fato parece ser um indício de que as vantagens do sistema orgânico (sustentável) estão ficando sempre mais evidentes.

Apesar disso, observa-se que não há uma tendência de transição da agricultura convencional para agricultura orgânica, mas sim fortes indícios de coexistência por muitos anos, talvez décadas, muito em função do poderio econômico de conglomerados fabricantes de agroquímicos e de *commodities* agrícolas, da pouca disponibilidade de recursos para os agricultores familiares (financiamentos, assistência técnica, etc.), especificamente, os produtores de alimentos orgânicos e das incipientes políticas públicas de incentivo ao sistema orgânico de produção.

3 Cadeia produtiva de alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares

Atualmente, a demanda por produtos orgânicos tem se mostrado maior do que a oferta, nas feiras livres do COREDE Central – RS, segundo depoimentos dos próprios agricultores. Por conta disso, evidencia-se a necessidade de concentrar esforços para aprimorar a cadeia produtiva desses tipos de produtos. Para tanto, faz-se necessário conhecer conceitos, características e agentes envolvidos.

Cadeia produtiva, em sentido amplo, é um conjunto de etapas que se constituem em um processo por meio do qual os insumos são transformados em produtos ou serviços, demandados pelos clientes/consumidores.

A cadeia produtiva da agricultura orgânica, segundo SCHULTZ (2001, f. 74) baseia-se em quatro características que impactam na delimitação da cadeia produtiva:

1. não utilizam insumos externos à propriedade, ou, no máximo, pouca quantidade de insumos orgânicos,

oriundos de sistemas orgânicos ou convencionais;

2. as propriedades ecológicas funcionam como um organismo sistêmico, possuindo interações bastante diferenciadas da agricultura convencional. As complexas relações em um sistema agrícola alternativo são oriundos (sic) de práticas de diversificação de cultivos (policultivos), sendo estas um dos princípios básicos da agricultura ecológica;

3. utilizam-se de práticas agrícolas de incremento e manutenção da fertilidade e atividade biológica do solo, bem como para a preservação da qualidade das águas e dos ecossistemas em que a produção está inserida;

4. organização e comercialização conjunta de produtos orgânicos, diretamente em feiras livres e outros formatos varejistas, com o objetivo de proporcionar a integração entre produtores e consumidores finais, preferencialmente em mercados regionais.

A fim de analisar a cadeia produtiva de alimentos orgânicos, parte-se do esquema proposto por Ormond e outros (2002, p. 28), Figura 1 – Cadeia Produtiva de Orgânicos, onde é possível visualizar os segmentos que normalmente a integram:

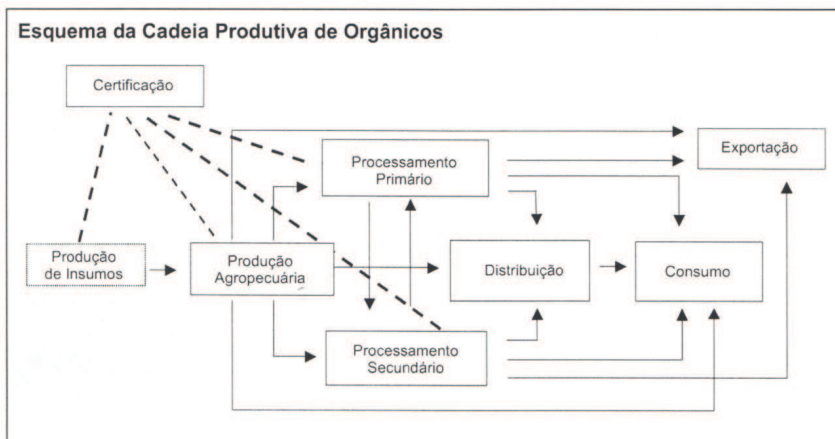
“
...em virtude do aumento da área produtiva de alimentos orgânicos e, conseqüentemente, do aumento do consumo de adubos e de fertilizantes biológicos, atraiu a atenção das empresas que visualizaram a necessidade de intensificar a produção e a oferta desses insumos.
”

Cabe enfatizar que, neste estudo, os fatos empíricos relatados, por serem considerados relevantes, são oriundos de experiências e observações do funcionamento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos produzidos pelos agricultores familiares do COREDE Central – RS.

3.1 Produção de insumos

O setor de produção de insumos para a agricultura orgânica que, basicamente, se constitui “[...] na produção de mudas, sementes, adubos, fertilizantes, controladores de pragas e doenças, defensivos, embalagens e outros itens necessários ao manejo orgânico de uma área ou propriedade” (ORMOND et. al., 2002, p. 27), em virtude do aumento da área produtiva de alimentos orgânicos e, conseqüentemente, do aumento do consumo de adubos e de fertilizantes biológicos, atraiu a atenção das empresas que visualizaram a necessidade de intensificar a produção e a oferta desses insumos.

Figura 1 – Cadeia Produtiva de Orgânicos



Fonte: Ormond e outros (2002, p. 28)

Portanto, para realizar a análise de uma cadeia produtiva, sob o prisma da relevância, avulta em importância a compreensão do funcionamento dos segmentos que a compõem, estabelecer o panorama dos relacionamentos e da interação entre os agentes que fazem parte desse processo e projetar o aprimoramento da cadeia produtiva.

A aquisição no mercado/setor de produção de insumos, principalmente, de adubos e sementes encarece o custo de produção.

No intuito de minimizar/reduzir esse custo, pode-se utilizar a compostagem, que seria uma opção mais barata e eficiente para o agricultor familiar adubar a terra, pois propicia ótimo efeito no manejo do solo e na produção dos alimentos.

Em relação aos custos com a aquisição de sementes, muitos agricultores organizados em sistemas colaborativos (de parceria) ou por meio de cooperativas e/ou associações têm criado pequenos bancos de semente que visam, além de baratear o custo com esse item de produção, dinamizar a produção de variados produtos (alimentos orgânicos), estimulando, dessa forma, a pluricultura, que é uma característica marcante da agricultura familiar.

Do exposto, verificam-se possibilidades variadas de o agricultor familiar, empregando sua própria força e capacidade de trabalho aliado à possibilidade de associar-se a outros agricultores familiares (associações informais) ou a cooperativas e/ou associações, minimizar o custo com os insumos necessários à produção dos alimentos orgânicos.

3.2 Produção agropecuária

Esse segmento da cadeia produtiva de alimentos orgânicos é composto pelos agropecuaristas e pelas empresas agropecuárias. Neste estudo, restringimo-nos aos agricultores familiares que, segundo Ormond e outros (2002, p. 28), “[...] em sua maioria dedicam-se à produção de hortifrutigranjeiros e são ligados a associações de produtores, cooperativas ou empresas de processamento, responsáveis pela comercialização. Eventualmente, fazem comercialização direta em feiras de produtores.”

A produção agropecuária dos agricultores familiares mostra-se extremamente importante para o consumo interno do país, principalmente, no que se refere ao fornecimento de

“
Um aspecto relevante dessa atuação do próprio agricultor nesse segmento da cadeia produtiva é a inibição, ou melhor, a exclusão da figura do atravessador, que aparece com destaque em diversos outros tipos de cadeia produtiva.
”

frutas e verduras, pois esses produtores são responsáveis por grande parte da produção orgânica de hortifrutigranjeiros vendidos no Brasil.

Cabe dizer, em relação à pecuária, a produção orgânica é dominada pelos pecuaristas com grandes extensões de terras e que adotam o modelo de pecuária extensiva. Na pecuária familiar predominam os pequenos rebanhos, em grande parte, voltados à produção de leite e derivados.

No âmbito da agricultura familiar, muitos produtores reclamam da falta de apoio das entidades públicas quanto à assistência técnica (manejo do solo, compostagem, técnicas adequadas de plantio, controle de pragas, rotação de culturas, etc). Isso é uma realidade em vários municípios da região.

Porém, em alguns municípios do COREDE Central – RS, observa-se a relevância do trabalho desempenhado pelos funcionários (engenheiros agrônomos e técnicos) da EMATER. Isso reflete em um melhor manejo do solo, maior produtividade, melhor qualidade dos alimentos produzidos, além de promover o desenvolvimento rural sustentável, que é a missão da EMATER.

Além do exposto, ressalta-se o interesse real dos produtores de alimentos orgânicos em buscar o aperfeiçoamento, por meio de cursos e minicursos, palestras, orientações técnicas, etc., para produzir mais e melhor, realizando o correto acompanhamento das suas hortas/lavouras, desde o preparo do solo até a colheita.

3.3 Processamento primário

Os agricultores familiares assumiram o processamento primário dos alimentos orgânicos que são consumidos *in natura* porque visualizaram a possibilidade de deter o controle sobre o produto até a destinação final (comercialização).

Um aspecto relevante dessa atuação do próprio agricultor nesse segmento da cadeia produtiva é a inibição, ou melhor, a exclusão da figura do atravessador, que aparece com destaque em diversos outros tipos de cadeia produtiva.

Esse segmento engloba diversas atividades: colheita/coleta, limpeza, separação (peso, tamanho, cor,...) e embalagem dos alimentos; que podem ser realizadas de diversas formas. As mais usuais se desenvolvem em cada unidade produtiva e são executadas pelos membros da família, ficando a cargo deles próprios e/ou das associações das quais fazem parte o transporte/distribuição/comercialização; ou em grupo com várias famílias participando juntas das mesmas atividades, é o caso das hortas comunitárias.

3.4 Processamento secundário

Esse segmento, normalmente, é composto por indústrias que se dedicam a processar os alimentos orgânicos, com linhas de produção convencional (caso das grandes indústrias) ou artesanal (caso das pequenas indústrias).

A que se considerar que, de acordo com Ormond e outros (2002, p. 29), não é fácil fazer parte ou entrar nesse segmento.

“

Eles transportam alimentos de diversas cidades como Agudo, Dona Francisca, Pinhal Grande, dentre outros, para Santa Maria – centro consumidor regional – onde comercializam os produtos orgânicos em feira livre.

”

São grandes as barreiras à entrada nesse segmento, uma vez que todos os produtos e aditivos utilizados têm necessariamente que ser orgânicos e as linhas de produção, se não exclusivas, têm que passar por criteriosa limpeza, de forma a eliminar os vestígios de produtos não-orgânicos, para evitar a contaminação.

Na realidade dos agricultores familiares do COREDE Central – RS não se apresentam indústrias especializadas na linha orgânica. O processamento secundário é realizado pelos próprios produtores porque, dessa forma, agregam mais valor aos seus produtos. São compotas (frutas em conserva), geleias, conservas de legumes, salames, queijos, etc., que são comercializados em feiras livres ou, por encomenda, nos domicílios dos consumidores.

3.5 Distribuição (Comercialização)

De modo geral, os agricultores familiares, graças a um mercado em expansão, têm procurado distribuir e comercializar eles próprios os seus produtos, geralmente, nas feiras livres, hotéis e restaurantes, pois a possibilidade da venda direta ao

consumidor viabiliza a obtenção de maior lucro real.

Nesse aspecto, o agricultor familiar produtor de alimentos orgânicos pode-se valer do que prescreve o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, no que tange à venda direta ao consumidor final:

Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

No entanto, essa opção acarreta um aumento no custo final do produto devido à logística de transporte. Todavia, esse problema pode ser equacionado se os agricultores vizinhos associarem-se, mesmo que de maneira informal, para realizar o transporte de seus produtos, seja compartilhando veículos próprios, seja dividindo o custo com locação de veículos.

A base dessa afirmação confirma-se pela experiência que já vem sendo desenvolvida por associações e/ou grupos de agricultores familiares no COREDE Central – RS. Eles transportam alimentos de diversas cidades como Agudo, Dona Francisca, Pinhal Grande, dentre outros, para Santa Maria – centro consumidor regional – onde comercializam os produtos orgânicos em feira livre. Os resultados desse sistema são satisfatórios, segundo informações obtidas por meio de entrevistas com os produ-

tores que expõem seus produtos na feira coordenada/organizada pela Cooesperança/Projeto Esperança⁴, em Santa Maria–RS.

Acrescenta-se que a comercialização não se restringe às feiras livres, os agricultores familiares podem fornecer seus produtos a escolas públicas (merenda escolar), conforme Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009; e à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), conforme Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

Desse modo, verifica-se que a distribuição e a comercialização realizadas, diretamente, pelo produtor ou por meio intermédio de associações e/ou cooperativas é uma excelente alternativa para a ampliação da renda da família e, conseqüente melhoria econômica e ascensão social. Além disso, propicia a permanência do homem no campo com incremento cultural propiciado pela interação constante com os consumidores.

3.6 Consumo

Para fazer frente à demanda, cada vez maior por alimentos orgânicos, os produtores familiares têm procurado ampliar a produção, melhorar a qualidade e ofertar variedade de produtos para atrair o consumidor.

Salienta-se que o consumo está diretamente relacionado à importância da disponibilização do produto no mercado, de acordo com o interesse do consumidor. Por isso, o produtor deve estar atento às preferências do consumidor. Em relação a esse aspecto, “[...] estão incluídos

⁴ A COOESPERANÇA (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao PROJETO ESPERANÇA) é uma Central, que juntamente com o PROJETO ESPERANÇA, congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a Comercialização Direta dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários do Campo e da Cidade e que fortalecem juntos, com todos os grupos um Novo Modelo de Cooperativismo na proposta Alternativa, Solidária, Transformadora, e Autogestionária e no Desenvolvimento Sustentável, na certeza de que “UM OUTRO COOPERATIVISMO É POSSÍVEL”.

Fonte: PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria (2012, p. 6)

“

Neste estudo, entende-se que não se pode justificar uma produção em larga escala, predatória ao meio ambiente, utilizando como argumento o combate à miséria e a fome no mundo.

”

os consumidores institucionais (restaurantes, lanchonetes, empresas etc.), que, embora não determinem a preferência do consumidor final, exercem importante influência.” (ORMOND et. al., 2002, p. 29)

Importante considerar que o perfil do consumidor de alimentos orgânicos tem mudado, consideravelmente, nas duas últimas décadas. Hoje, percebe-se o consumidor interessado em consumir um alimento saudável e disposto a pagar mais por esse produto.

3.7 Certificação

Esse componente da cadeia produtiva de alimentos orgânicos – a certificação – é considerado como processo essencial para a credibilidade do produto. Além disso, Ormond et. al. (2002, p. 29) ressalta que a “[...] cadeia produtiva dos orgânicos pouco se diferencia das demais cadeias agroalimentares, a não ser pela presença da figura da certificação [...]”.

A análise a respeito da cadeia produtiva de alimentos orgânicos mostra que o valor pago pela obtenção da certificação é um obstáculo considerável para que os produtores ampliem seu rol de atuação (expor em supermercados, em lojas especializadas, exportar, etc.).

Os altos custos da certificação, naturalmente, são incluídos no custo final do produto. Isso contribui para que o alimento orgânico certificado seja apresentado no mercado a um preço mais elevado do que o alimento produzido pela agricultura convencional.

No Brasil, de acordo com o MAPA (2009), são previstas três formas de garantia da qualidade orgânica dos produtos alimentícios: a certificação, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta sem certificação. Os dois primeiros compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).

Os agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos, de modo geral, entendem que a certificação é essencial para a credibilidade do produto perante o consumidor, mas enfatizam que o processo é caro e inviável para a realidade deles.

Nesse contexto, apesar da limitação de somente comercializar nas feiras livres (direto ao consumidor) e para as compras do governo (merenda e CONAB), a forma mais acessível de o agricultor familiar colocar seu produto no mercado, com certa credibilidade, é o controle social para a venda direta ao consumidor.

3.8 Exportação

Atualmente, este componente da cadeia produtiva não faz parte da realidade dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos no COREDE Central – RS.

No entanto, com o aperfeiçoamento dos sistemas organizativos, o aumento da produção e com a certificação, por intermédio das cooperativas e/ou associações, os agricultores familiares poderão fazer da exportação uma realidade possível.

4 Considerações finais

O presente trabalho apresentou o contexto da agricultura familiar, particularmente, o dos produtores de alimentos orgânicos e a análise da cadeia produtiva dos alimentos orgâ-

nicos, considerando a realidade dos agricultores familiares do COREDE Central – RS.

Neste estudo, entende-se que não se pode justificar uma produção em larga escala, predatória ao meio ambiente, utilizando como argumento o combate à miséria e a fome no mundo. Por isso, a produção de alimentos orgânicos mostra-se uma alternativa viável de desenvolvimento sustentável no meio rural.

No que diz respeito à análise apresentada, a cadeia produtiva de orgânicos possui algumas peculiaridades que demandam uma atenção especial para que aconteça o fortalecimento e a criação de novas estratégias para agregar valor.

Evidencia-se a importância de o produtor entender a sistemática de funcionamento de cada um dos elos da cadeia produtiva, identificando os gargalos (as maiores fragilidades) para corrigir/aperfeiçoar seu sistema de gestão.

Dessa forma, é possível aprimorar o manejo orgânico, potencializar a produção, qualificar os alimentos orgânicos, processar, distribuir e comercializar, com eficiência e eficácia, para proporcionar desenvolvimento social, cultural e econômico para os integrantes da unidade produtiva familiar.

Verifica-se que os agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos formam uma categoria social que tende a iniciar o processo de rompimento de paradigmas ao mostrar que produzir orgânicos torna-se uma alternativa para preservar o meio ambiente e desenvolver de forma sustentável o meio rural.

Muitos agricultores têm se empenhado nas atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização no intuito de evitar os atravessadores e, principalmente, de auferir maior lucro real. Para tanto, buscam alternativas para reduzir os custos de produção (produzindo insumos – sementes e adubos – formando associações formais ou informais com outros produtores para realizar o transporte

e a distribuição) encarregando-se pela comercialização dos produtos diretamente aos consumidores em feiras livres.

Importante mencionar que a opção por um sistema de organização em que agricultores familiares vizinhos unem-se criando associações, segundo declarações dos produtores concedidas em entrevistas para este estudo, tem surtido excelentes resultados em todos os segmentos da cadeia produtiva.

Cabe ainda ressaltar que os governos precisam, diante da importância desse setor no consumo interno, incentivar esse aperfeiçoamento da cadeia produtiva dos alimentos orgânicos, por meio de políticas públicas, seja por meio de financiamento para a produção, seja por meio de subsídios, ou ainda ampliando a área de atuação de instituições públicas capacitadas a prestar assistência técnica para a produção da agricultura familiar, a fim de impulsionar o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, o aprofundamento do tema fica como proposta para estudos futuros, no sentido de buscar o aprimoramento dos sistemas organizativos dos agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos e, por conseguinte, obter uma cadeia produtiva melhor estruturada, sem tantos gargalos como atualmente se evidencia.

Referências

BONILLA, José A. **Fundamentos da agricultura ecológica**: sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 1, n. 249, p. 2-8, 28 dez. 2007. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 1, n. 129, p. 3-6, 5 jul. 2012. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 1, n. 113, p. 2-4, 17 jun. 2009. Seção 1.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

FiBL – Research Institute of Organic Agriculture; IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica. **The word of organic-world agriculture 2011**: Graphs and Maps. Organic World. Disponível em: <<http://www.fibl.org/fileadmin/documents/en/news/2011/willer-2011-biofach-world-of-organic.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

KARNOPP, Erica. Agricultura familiar entre o sistema da produção convencional e o orgânico: transição ou coexistência? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 2, p. 239-248, maio/ago. 2005.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos**: sistemas participativos de garantia. Brasília: MAPA/ACS, 2009.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Aumenta o número de produtores orgânicos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/02/aumenta-numero-de-produtores-de-organicos-no-brasil>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

ORMOND, José Geraldo Pacheco; DE PAULA, Sérgio Roberto Lima; FILHO, Paulo Faveret; DA ROCHA, Luciana Thibau Moreira. **Agricultura orgânica**: quando o passado é futuro. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

ORGANICS BRASIL. **Mercado de orgânicos cresce 40%**. Disponível em: <<http://www.organicsbrasil.org/clipping-detalhes/526/>> Acesso em: 13 jan. 2012.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria. **Feirão colonial – 20 anos**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Caminhos 2030**. Planejamento Estratégico Regional. COREDE Central. Relatório Final 2009 – 2010.

SCHULTZ, Glauco. **As cadeias produtivas de alimentos orgânicos no município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição**. 2001, 192 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

STRINGHETA, Paulo César; MUNIZ, José Norberto (Editores). **Alimentos orgânicos**: produção, tecnologia e certificação. Viçosa: UFV, 2003.